Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS

Natalia Gordiano[1]

RESUMO: A participação dos estudantes nas decisões que envolvem o cotidiano escolar constitui uma dimensão importante da formação cidadã e da construção de práticas educativas democráticas. Entretanto, apesar de sua presença nos discursos pedagógicos, a escuta estudantil nem sempre se traduz em possibilidades efetivas de participação. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da escuta dos estudantes na organização do trabalho pedagógico, discutindo os limites das práticas participativas e as possibilidades de sua incorporação ao cotidiano da educação básica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada nas contribuições de Freire (1996), Mitra (2004), Lundy (2007) e Hart (1992). A discussão contempla as relações entre autoridade docente e participação, o protagonismo estudantil, os mecanismos de representação e a influência das contribuições dos alunos nas decisões institucionais. A análise aponta que a participação democrática não se estabelece apenas pela criação de espaços formais de manifestação, exigindo condições concretas para que as opiniões dos estudantes sejam consideradas. Conclui-se que a escuta constitui uma prática pedagógica e política que pode fortalecer o pertencimento, ampliar as possibilidades de diálogo e contribuir para uma escola comprometida com a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da vida coletiva.

Palavras-chave: Participação estudantil. Escuta pedagógica. Gestão democrática. Protagonismo estudantil. Educação básica.

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar envolve relações entre sujeitos que possuem diferentes experiências, responsabilidades e formas de compreender a realidade. Nesse contexto, professores, gestores, estudantes e demais integrantes da comunidade educativa participam, ainda que em condições distintas, da construção do cotidiano institucional.

Entretanto, a organização da escola historicamente atribuiu aos adultos a maior parte das decisões relacionadas às atividades pedagógicas, às normas de convivência e à utilização dos espaços. Aos estudantes, frequentemente, reservou-se a condição de destinatários dessas decisões.

Embora essa estrutura encontre justificativas nas responsabilidades profissionais e institucionais dos educadores, também pode produzir situações nas quais os estudantes participam das atividades sem encontrar oportunidades significativas para manifestar suas opiniões.

A discussão sobre participação estudantil exige reconhecer que crianças e adolescentes não são apenas sujeitos em preparação para a vida social. Eles já participam de relações coletivas, constroem interpretações sobre suas experiências e possuem condições de contribuir, de acordo com suas possibilidades, para a organização dos ambientes educativos.

Freire (1996) compreende a educação como uma prática que exige respeito aos saberes dos educandos, diálogo e reconhecimento de sua autonomia. Essa perspectiva questiona relações pedagógicas nas quais a transmissão de conteúdos se sobrepõe à participação dos sujeitos envolvidos.

Mitra (2004), ao investigar experiências de participação estudantil em processos de transformação escolar, identificou possibilidades de desenvolvimento relacionadas ao sentimento de pertencimento, à competência e às relações entre jovens e adultos.

Essas contribuições permitem compreender que a participação não deve ser tratada apenas como recurso destinado a tornar as aulas mais interessantes. Trata-se de uma dimensão das relações educativas, vinculada à construção da autonomia e à experiência democrática.

Contudo, a simples existência de assembleias, representantes de turma ou espaços de consulta não assegura que as manifestações dos estudantes produzam efeitos nas decisões.

1 Graduada em Pedagogia; Pós Graduada em Ludopedagogia, Alfabetização de Alunos com TEA e Especialização em Educação Infantil e Letramento. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, PEIF na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. nataliagordiano1987@gmail.com

Diante dessas questões, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da escuta estudantil para a construção de práticas pedagógicas democráticas, considerando suas possibilidades, limitações e implicações para a organização escolar.

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza analítico-reflexiva.

A fundamentação teórica considera as contribuições de Freire (1996), acerca do diálogo e da autonomia no processo educativo; Hart (1992), sobre diferentes níveis de participação de crianças e adolescentes; Mitra (2004), referente às experiências de participação estudantil; e Lundy (2007), sobre as condições necessárias ao exercício efetivo do direito de participação.

Quanto à discussão, foi organizada em eixos relacionados à escuta como dimensão pedagógica, à participação nas decisões escolares, aos limites das práticas participativas, às relações entre autoridade e autonomia e às condições necessárias para a construção de uma cultura institucional democrática.

A investigação não envolve coleta de dados empíricos. As análises resultam da interpretação crítica das publicações selecionadas, buscando relacionar seus fundamentos às situações que podem ocorrer no cotidiano da educação básica.

3. A ESCUTA COMO DIMENSÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A escuta constitui uma atividade essencial nas relações humanas, mas sua presença no ambiente escolar nem sempre corresponde ao reconhecimento efetivo da palavra do estudante.

Ouvir uma pergunta, receber uma reclamação ou permitir uma manifestação durante a aula não significa, necessariamente, estabelecer uma relação de escuta pedagógica.

A escuta exige disposição para compreender as experiências e interpretações apresentadas pelos sujeitos, reconhecendo que essas manifestações podem oferecer informações relevantes para o desenvolvimento do trabalho educativo.

Freire (1996), ao discutir os saberes necessários à prática docente, destaca a importância da disponibilidade para o diálogo e do respeito à autonomia dos educandos.

Nessa perspectiva, a relação pedagógica não se fundamenta na eliminação das diferenças entre professor e estudante, mas no reconhecimento de que ambos participam de um processo que envolve comunicação, reflexão e construção de conhecimentos.

O professor possui responsabilidades específicas relacionadas ao planejamento, à organização dos conteúdos e à mediação das atividades. Entretanto, essas responsabilidades não exigem que as experiências dos estudantes sejam desconsideradas.

Ao contrário, a compreensão das dificuldades, interesses e interpretações presentes na turma pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções pedagógicas mais adequadas.

Um estudante que manifesta dificuldade para acompanhar determinada atividade, por exemplo, oferece uma informação importante sobre as condições de aprendizagem. Quando essa manifestação é ignorada, perde-se uma oportunidade de examinar a adequação das estratégias utilizadas.

Da mesma forma, as observações dos estudantes sobre a utilização dos espaços, a organização dos horários e as relações de convivência podem revelar aspectos do cotidiano que não são percebidos da mesma maneira pelos profissionais.

Isso não significa que toda manifestação estudantil deva resultar automaticamente em mudança institucional. A escuta pressupõe consideração, análise e devolutiva, e não aceitação irrestrita das solicitações.

A dimensão pedagógica encontra-se justamente na possibilidade de transformar essas manifestações em oportunidades de reflexão, argumentação e participação responsável.

4. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: ENTRE A FORMALIDADE E A INFLUÊNCIA REAL

A participação dos estudantes pode assumir diferentes configurações no cotidiano escolar.

Em determinadas situações, restringe-se à presença em eventos, à escolha entre alternativas previamente definidas ou à representação simbólica em atividades institucionais.

Em outras, envolve a possibilidade de contribuir para diagnósticos, apresentar propostas, acompanhar decisões e participar de sua avaliação.

Hart (1992), ao discutir a participação infantil, apresenta uma classificação que distingue formas simbólicas de envolvimento de experiências nas quais crianças e adolescentes possuem maior capacidade de iniciativa e influência.

A contribuição do autor permite questionar situações nas quais a participação é anunciada, mas os sujeitos envolvidos não dispõem de informações suficientes ou de possibilidades concretas de interferência nas decisões.

Uma eleição de representantes estudantis, por exemplo, pode constituir experiência importante de organização coletiva. Entretanto, sua relevância depende também das atribuições efetivamente concedidas aos representantes.

Quando a representação se limita à participação em solenidades ou à transmissão de

decisões tomadas exclusivamente pelos adultos, o espaço democrático permanece restrito.

Lundy (2007), ao analisar o direito de crianças e adolescentes à participação, propõe quatro elementos necessários à sua efetivação: espaço, voz, audiência e influência.

O primeiro está relacionado à existência de oportunidades para que os sujeitos expressem suas opiniões. O segundo envolve condições adequadas para essa manifestação. O terceiro refere-se à necessidade de que as opiniões sejam efetivamente ouvidas. O quarto diz respeito à consideração dessas contribuições nos processos decisórios.

Essa formulação demonstra que permitir a fala não representa o ponto final da participação. É necessário que exista uma relação entre manifestação, análise e possibilidade de influência.

No contexto escolar, isso significa que consultas aos estudantes precisam estar acompanhadas de informações sobre seus objetivos, critérios de decisão e encaminhamentos posteriores.

Quando a comunidade estudantil apresenta sugestões e não recebe qualquer retorno, a participação corre o risco de transformar-se em procedimento burocrático.

A experiência democrática depende também da transparência sobre aquilo que pode ser modificado, as limitações existentes e as razões pelas quais determinadas propostas são aceitas ou rejeitadas.

5. AUTORIDADE DOCENTE E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

A defesa da participação estudantil frequentemente encontra resistência associada ao receio de enfraquecimento da autoridade dos professores e gestores.

Essa preocupação decorre, em parte, da compreensão de que a ampliação das possibilidades de manifestação poderia comprometer a organização das atividades ou dificultar o estabelecimento de regras.

Entretanto, autoridade pedagógica e autoritarismo não constituem conceitos equivalentes.

A autoridade docente fundamenta-se em responsabilidades profissionais, conhecimentos específicos e compromissos educativos. Sua legitimidade não depende exclusivamente da imposição de decisões, mas também da capacidade de orientar, justificar e mediar situações.

Freire (1996) diferencia o exercício responsável da autoridade das práticas autoritárias que negam a autonomia dos educandos.

A participação estudantil não exige a eliminação das responsabilidades dos adultos. Exige, sobretudo, que essas responsabilidades sejam exercidas de maneira compatível com os princípios de respeito, diálogo e formação democrática.

Nesse sentido, decisões relacionadas à segurança, aos direitos dos estudantes e às obrigações institucionais não podem ser simplesmente transferidas às crianças e aos adolescentes.

Por outro lado, inúmeras situações do cotidiano permitem diferentes graus de participação, como a construção de combinados de convivência, a escolha de temas complementares de estudo, a organização de projetos e a avaliação coletiva de determinadas atividades.

A autonomia não se desenvolve apenas por meio de explicações sobre sua importância. Ela requer oportunidades de exercitar escolhas, argumentar, compreender consequências e assumir responsabilidades compatíveis com a etapa de desenvolvimento.

Uma prática educativa que defende a democracia, mas impede sistematicamente a participação dos estudantes em assuntos que lhes dizem respeito, apresenta uma contradição entre discurso e experiência.

A formação democrática depende da coerência entre os princípios anunciados e as relações efetivamente estabelecidas.

6. O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E AS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA

A participação nas decisões escolares também pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre os estudantes e a instituição.

Mitra (2004) identificou, em experiências investigadas, relações entre oportunidades de participação estudantil e aspectos do desenvolvimento juvenil, incluindo o fortalecimento do pertencimento e de competências relacionadas à atuação coletiva.

Esses resultados não autorizam afirmar que qualquer mecanismo participativo produzirá os mesmos efeitos em diferentes escolas.

Entretanto, indicam a relevância de considerar a participação como uma experiência capaz de ampliar a relação dos estudantes com o ambiente educativo.

O pertencimento não se estabelece apenas pela frequência à instituição. Envolve a percepção de que o sujeito é reconhecido, possui espaço nas relações coletivas e pode contribuir para a construção do cotidiano.

Quando os estudantes percebem que suas opiniões são sistematicamente desconsideradas, a escola pode ser compreendida como um espaço no qual as decisões pertencem exclusivamente a outros sujeitos.

Por outro lado, experiências de participação podem favorecer o reconhecimento de responsabilidades compartilhadas.

A discussão sobre a utilização de ambientes comuns, por exemplo, permite abordar questões

relacionadas à conservação, à convivência e ao respeito às necessidades de diferentes grupos.

Nesse processo, os conflitos não precisam ser interpretados exclusivamente como obstáculos.

Divergências de opinião podem oferecer oportunidades para desenvolver argumentação, negociação e compreensão das consequências das decisões coletivas.

Entretanto, a mediação pedagógica permanece indispensável.

A participação democrática não se resume à realização de votações. Decisões tomadas por maioria também precisam respeitar os direitos daqueles que possuem posições minoritárias.

Assim, a experiência de participação deve ser acompanhada de princípios que assegurem respeito, inclusão e responsabilidade.

7. OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Apesar de sua importância, a ampliação da participação estudantil encontra obstáculos relacionados à organização institucional e às condições concretas do trabalho pedagógico.

A pressão pelo cumprimento de conteúdos, a rigidez dos horários e a concentração de decisões em determinadas instâncias administrativas podem limitar as oportunidades de diálogo.

Também existem dificuldades associadas à própria cultura escolar.

Instituições organizadas historicamente segundo relações fortemente hierarquizadas podem apresentar resistência à incorporação de manifestações estudantis em seus processos decisórios.

Em algumas situações, a participação é admitida apenas quando confirma propostas previamente estabelecidas.

Manifestações divergentes podem ser interpretadas como indisciplina, mesmo quando apresentam questionamentos legítimos sobre aspectos do cotidiano.

Essa situação revela a necessidade de distinguir atitudes de desrespeito de manifestações críticas.

O questionamento de uma regra, quando apresentado de maneira respeitosa, não significa necessariamente rejeição da autoridade. Pode representar uma oportunidade para discutir sua finalidade, seus limites e sua aplicação.

Outro desafio envolve a desigualdade de oportunidades de manifestação.

Estudantes com maior facilidade de comunicação, segurança para falar em público ou proximidade com determinados grupos podem ocupar predominantemente os espaços participativos.

Consequentemente, a existência de assembleias ou reuniões não assegura que todas as vozes estejam representadas.

É necessário considerar diferentes formas de expressão, incluindo registros escritos, pequenos grupos de discussão, consultas individuais e outros procedimentos compatíveis com as características da comunidade escolar.

A participação também precisa contemplar estudantes com deficiência e aqueles que enfrentam barreiras de comunicação. Já a construção de espaços democráticos exige condições de acessibilidade e respeito à diversidade, evitando que os mecanismos participativos reproduzam exclusões existentes em outras dimensões da vida social.

8. A ESCUTA ESTUDANTIL E O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

A incorporação da escuta ao planejamento pedagógico representa uma possibilidade de aproximar as decisões educativas das experiências concretas dos estudantes.

Essa aproximação não significa subordinar o currículo aos interesses imediatos da turma.

A escola possui responsabilidades relacionadas à formação cultural, científica e social que ultrapassam as preferências individuais.

Entretanto, o reconhecimento dessas responsabilidades não impede a utilização das contribuições dos estudantes para organizar estratégias de ensino.

As manifestações sobre dificuldades de aprendizagem, formas de realização das atividades e experiências com determinados conteúdos podem oferecer elementos para o planejamento.

Consultas sistemáticas, avaliações coletivas de projetos e espaços de diálogo podem contribuir para identificar aspectos que necessitam de reorganização.

É importante, contudo, que esses procedimentos não se transformem em exigências meramente formais.

A escuta precisa estar relacionada a decisões possíveis e possuir objetivos claros.

Quando o professor solicita a avaliação de uma atividade, por exemplo, pode investigar quais estratégias favoreceram a compreensão, quais dificuldades permaneceram e que recursos poderiam contribuir para o desenvolvimento de novos conhecimentos.

As respostas não devem ser tratadas como verdades absolutas, mas como informações relevantes para uma análise pedagógica mais ampla.

A perspectiva defendida por Lundy (2007) reforça a necessidade de considerar a influência das manifestações nos processos decisórios.

Desse modo, o acompanhamento dos encaminhamentos constitui uma etapa importante da participação.

Informar aos estudantes quais propostas foram incorporadas, quais não puderam ser realizadas e quais critérios orientaram as decisões contribui para construir relações mais transparentes.

A escola passa, assim, a oferecer experiências nas quais a participação envolve também compreender limites, responsabilidades e consequências.

9. GESTÃO DEMOCRÁTICA E CULTURA INSTITUCIONAL

A construção de uma escola democrática exige mais do que mecanismos isolados de consulta.

A participação precisa integrar a cultura institucional, influenciando as relações entre estudantes, professores, gestores e demais integrantes da comunidade educativa. Isso pressupõe reconhecer que a democracia não se resume à existência de órgãos colegiados ou à realização periódica de eleições.

Esses mecanismos são importantes, mas sua efetividade depende das condições de funcionamento, da circulação de informações e da possibilidade real de participação. A formação democrática também acontece nas experiências cotidianas.

A maneira como os conflitos são mediados, as justificativas oferecidas para determinadas decisões e o tratamento dispensado às opiniões divergentes comunicam concepções de autoridade, respeito e convivência.

Uma instituição pode apresentar documentos que defendem a participação e, simultaneamente, manter práticas que desestimulam qualquer questionamento.

Essa contradição demonstra que os princípios democráticos precisam ser observados nas relações concretas.

A gestão escolar possui responsabilidade importante na criação de condições para o diálogo, mas a construção de uma cultura participativa depende de ações coletivas. Professores, funcionários, estudantes e famílias podem contribuir para estabelecer espaços de discussão compatíveis com suas responsabilidades e possibilidades. O desafio consiste em assegurar que a participação não se restrinja aos sujeitos que já possuem maior facilidade de acesso aos espaços institucionais.

Uma escola comprometida com a democracia precisa criar condições para que diferentes experiências sejam consideradas, especialmente aquelas que costumam encontrar menos oportunidades de manifestação.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender que a escuta estudantil constitui uma dimensão importante da organização pedagógica e da formação democrática.

As contribuições de Freire (1996), Hart (1992), Mitra (2004) e Lundy (2007) demonstram, por diferentes perspectivas, que a participação envolve mais do que a possibilidade formal de manifestação.

Para que seja significativa, é necessário assegurar oportunidades de expressão, consideração das opiniões e transparência sobre os encaminhamentos adotados.

O reconhecimento da participação estudantil não implica eliminar a autoridade docente ou transferir aos estudantes responsabilidades incompatíveis com suas condições de desenvolvimento.

Ao contrário, pressupõe relações nas quais a autoridade seja exercida com responsabilidade, diálogo e respeito à autonomia.

A investigação também evidencia que os mecanismos participativos podem perder seu significado quando são utilizados apenas para legitimar decisões previamente estabelecidas.

A construção de práticas democráticas exige, portanto, atenção à influência efetiva dos estudantes e às condições de inclusão dos diferentes sujeitos.

Conclui-se que a escola não forma para a participação democrática apenas por meio de conteúdos relacionados à cidadania. Essa formação acontece também nas experiências que oferece e nas relações que estabelece.

Uma instituição que reconhece a importância da palavra dos estudantes amplia as possibilidades de construir práticas educativas fundamentadas no diálogo, na responsabilidade e no pertencimento.

Afinal, ensinar a participar de uma sociedade democrática enquanto se nega sistematicamente a experiência da participação representa uma contradição que a educação precisa enfrentar.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HART, Roger A. **Children's participation**: from tokenism to citizenship. Florence: UNICEF International Child Development Centre, 1992. (Innocenti Essays, n. 4).

LUNDY, Laura. 'Voice' is not enough: conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. **British Educational Research Journal**, v. 33, n. 6, p. 927-942, 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/01411920701657033.

MITRA, Dana L. The significance of students: can increasing “student voice” in schools lead to gains in youth development? **Teachers College Record**, v. 106, n. 4, p. 651-688, 2004. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9620.2004.00354.x.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO